



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2003

“Dispõe sobre a remessa através de meio magnético da Lei Orçamentária Anual, dos Balancetes Quadrimestrais, do Balanço Geral e da Declaração da RAIS, relativos ao exercício financeiro de 2002, ao Tribunal de Contas dos Municípios”.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, especialmente a que lhe confere o art. 27 da Lei Complementar nº 25, de 05/08/1994;

Considerando a necessidade de serem implementadas novas rotinas de trabalho, porquanto a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) inovou no tocante à ação do controle externo a cargo das Cortes de Contas do País, exigindo um grau de sistematização que proporcione maior eficiência e eficácia no desenvolvimento das tarefas fiscalizadoras;

Considerando, que o processo de informatização é inerente ao desenvolvimento da atividade de controle externo, bem como da atividade de controle interno;

Considerando a necessidade de estabelecer um padrão, para a remessa, pelos entes municipais, dos dados informatizados;

Considerando que esta Corte de Contas melhor desempenhará suas funções mediante a adoção de mecanismos que propiciem o conhecimento efetivo e sistêmico de todos os dispositivos de planejamento dos municípios paraenses, recebidos também de forma padronizada para tratamento e análise por meio eletrônico, concomitante à análise técnica de competência deste Tribunal;

Considerando os estudos efetivados pelos Departamentos Técnicos desta Corte de Contas e a proposta de **layout** para recepção dos dados por meio magnético;

RESOLVE :

Art. 1º - Determinar que os Órgãos das Administração Direta, Indireta e Fundacional, encaminhem a este Tribunal, **até 30 de marco de 2003**, por meio magnético (disquete ou CD-Rom), os dados e informações, conforme layout especificado nos Anexos I e II da presente Instrução Normativa, da Lei Orçamentária Anual, dos Balancetes Quadrimestrais, do Balanço Geral e da Informação da RAIS, referente ao exercício de 2002;



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

§ 1º - Fica mantida a obrigatoriedade de remessa , em meio documental, do Balanço Geral e seus anexos exigidos pela Lei nº 4.320/64 , na forma e no prazo definidos no art. 30 da Lei Complementar Estadual nº 025/94 c/c o art.115 do Regimento Interno do TCM.

§ 2º – A remessa em meio magnético do Balanço Geral, somente será convalidada por este Tribunal por ocasião da entrega por meio documental;

§ 3º - A fim de que os Municípios possam aferir o padrão de dados a serem informados ao Tribunal de Contas dos Municípios, será disponibilizada, gratuitamente, através do Departamento de Informática, cópia do Analisador de Disquete a ser utilizado na consistência básica dos dados gerados na forma dos layouts definidos nos anexos desta Instrução Normativa;

§ 4º - Não será admitido e tampouco protocolado neste TCM, os disquetes que, apresentarem inconsistências nos dados exigidos na forma da presente Instrução Normativa;

Sala das sessões do Tribunal de Contas do Municípios do Estado do Pará, em 13 de março de 2003.

Conselheiro Aloisio Chaves
Presidente

Conselheiro Haroldo Julião da Gama

Conselheiro Paulo Dourado

Conselheiro Laudelino Pinto Soares

Conselheiro Alcides Alcantara

Conselheiro Ronaldo Passarinho

Conselheira Rosa Hage